

IPCA fica abaixo de 5% em 2006, diz economista

"Na história do combate à inflação versus crescimento, o BC é o mocinho e o governo, bandido"

LUCIANA OTONI
BRASÍLIA

Em meio a controvérsias, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reafirmou o centro da meta de inflação em 4,5% para 2006. Na avaliação do economista Heron do Carmo, que por 25 anos coordenou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), a opção foi correta. Ele considera que há condições, no próximo ano, para que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), parâmetro oficial no controle dos preços, rompa a barreira dos 5% ficando próximo de 4,5%.

Heron do Carmo apontou três fatores que atuam para enfraquecer a inflação: o real valorizado, a Selic elevada e o Índice Geral de Preços (IGP). Neste ano até maio o IPCA ficou em 3,18% e nos 12 meses terminados em maio em 8,05%. O economista diz que se até setembro o IPCA de 12 meses se aproximar dos 7%, o Banco Central sentirá confiança para iniciar um processo de queda da taxa básica de juros, fixada em 19,75%.

Nessa entrevista ele explica como os combustíveis, alimentos e tarifas públicas influenciam a inflação e defende o corte de gastos públicos como suporte à estabilidade de preços. Numa metáfora de faroeste que contraria o senso comum, diz que na história do combate à inflação versus crescimento da economia o Banco Central é o mocinho e o governo federal o bandido.

Gazeta Mercantil - Foi correta a escolha de 4,5% como meta de inflação?

Heron do Carmo - Foi uma decisão de bom senso. 2006 será um ano eleitoral e em 2007 temos o início de outra gestão e esses são períodos em que podem ocorrer alterações de rumos, principalmente se houver mudança de governo. Outro ponto é que esse percentual torna compatível o sistema de metas de inflação com o crescimento e permitirá o início da redução da taxa de juros.

Gazeta Mercantil - Por que o BC poderá reduzir os juros?

Heron - Porque a inflação dá mostras de convergência para a meta. Se considerarmos os últimos cinco meses a taxa média/mês estava em 0,65%. A perspectiva (considerando o IPCA-15) é que a taxa média dos últimos sete meses do ano fique abaixo do 0,40%.

Gazeta Mercantil - A abertura para essa redução se dará em que momento?

Heron - Essa é uma decisão técnica que possui um componente político que depende da estratégia do BC. O mais provável é que ocorra em setembro porque lá serão conhecidos os índices de agosto e as prévias da Fipe e da FGV até a segunda quadrissemana de setembro, havendo mais elementos para decidir.

Gazeta Mercantil - Em que condições o BC sentirá segurança para cortar a Selic?

Heron - Há uma situação paradoxal: a inflação acumulada em 12 meses terminados em maio ficou em 8,05%, mas o mercado prevê 5% para 12 meses adiante e o BC só terá confiança para reduzir a taxa quando a inflação



Heron do Carmo

em 12 meses ficar abaixo de 7%. Calculo que em setembro podemos chegar a uma inflação de 6,5% 12 meses à frente.

Gazeta Mercantil - Se o corte nos juros ocorrer como será?

Heron - Serão cautelosos, algo em torno de 0,25% ao mês.

Gazeta Mercantil - É possível atingir o centro meta?

Heron - Em 2006 em algum momento do tempo poderá ocorrer. Penso que em maio quando o IPCA tiver incorporado o índice baixo de junho deste ano, somado com resultados relativamente baixos de julho, agosto, novembro e dezembro e, ainda, os resultados do início de 2006 (lá não teremos os mesmos problemas que afetaram a inflação em 2005). Avalio que lá podemos chegar a 4,7%.

Gazeta Mercantil - Quais fatores serão determinantes?

Heron - A taxa de juros, que mantida elevada num período mais longo afeta a economia, os efeitos da taxa de câmbio (real valorizado) e um terceiro fator: no próximo ano não teremos as mesmas pressões de preços de commodities (exceto talvez o petróleo). Também não teremos

os efeitos negativos da quebra de safra e nem as repercussões do ciclo eleitoral. Em 2004 as principais prefeituras não reajustaram tarifas públicas, acumulando dois anos de reajuste que foram concedidos em 2005.

Gazeta Mercantil - Como é a composição do IPCA?

Heron - Os índices de preços ao consumidor são formados por metade de preços de produtos e metade por preços de serviços. Da parcela dos serviços, entre 20% a 30% são preços monitorados e nesse grupo há desde preços administrados (energia elétrica, telefonia, gás, combustíveis) a custos de transportes que dependem das prefeituras. Em relação ao preço dos produtos, cerca de 15% é formada por custos de alimentos suscetíveis a choques de ofertas (feijão, arroz, carne, tomate) e a outra parcela de 12% é de alimentos industrializados (afetados pelo câmbio).

Gazeta Mercantil - O IGP pode facilitar a queda do IPCA?

Heron - Procede, mas é uma explicação complementar porque há o efeito dos juros e do câmbio. O aumento dos juros afeta o câmbio e quando o real se valoriza o ritmo de alta do IGP perde força porque esse é um índice com forte peso de commodities, isso favorece a queda do IPCA.

Gazeta Mercantil - Qual é a importância do IGP?

Heron - Há um importante efeito porque esse índice é a referência para o reajuste de tarifas de energia elétrica e telefonia. É interessante observar os efeitos disso em São Paulo porque essa região metropolitana contribui com mais de um terço do IPCA. Consequentemente, como em SP teremos reajustes em meados

deste ano (energia, telefonia e pedágio), essas altas incorporarão o IGP, que, por sua vez, vem apresentando reduções expressivas. Isso contribui, já nesse ano, para algum alívio das tarifas públicas, favorecendo o IPCA.

Gazeta Mercantil - O preço do petróleo não é um risco?

Heron - O preço do barril subiu em 2004 e depois recuou e agora sobe novamente. O importante é notar que a alta do petróleo foi mais que compensada pela valorização do real.

Gazeta Mercantil - No contexto dos juros altos, redução da produção e falta de investimentos, buscar uma inflação inferior a 5% não enfraquece a economia?

Heron - Não porque a alternativa de aumentar a meta seria um contra senso e não teríamos crescimento de longo prazo.

Gazeta Mercantil - Falta um programa de revisão dos gastos públicos?

Heron - A política monetária foi ao seu limite é preciso reforçar a política fiscal. Usando uma metáfora do faroeste, o BC é o mocinho, e o governo, enquanto gastador, é o bandido. Mesmo que as pessoas não vejam, é isso que ocorre. A Fazenda e o Planejamento precisam reavaliar os gastos com custeio e programas sociais.

Gazeta Mercantil - Por que os programas sociais?

Heron - Há uma multiplicidade de projetos que não são avaliados. Qual é a avaliação do Fome Zero? Nenhuma. Talvez seja melhor reduzir alguns programas e ampliar as verbas da educação, principalmente no ensino básico.